

Política industrial: riscos pela frente

João Paulo de Almeida Magalhães

A dimensão da nossa dívida externa criou a preocupação de atrair, por todos os meios, capitais estrangeiros para o país e, muito especialmente, para o setor industrial. Com isso passaram a ser condenados instrumentos usualmente utilizados para patrocinar as empresas nacionais, como reservas de mercado, vantagens financeiras especiais e restrições à instalação de multinacionais em determinados setores.

A meu ver se está cometendo um duplo erro porque o sucesso dessa política de abertura, de um lado, não resolve nossos problemas cambiais de curto prazo e, de outro, pode criar sério impasse, de prazo médio, para o nosso desenvolvimento. Quanto ao curto prazo, deve-se observar, de início, que o problema não é pagar a dívida. Esta é quase automaticamente "rolada" e não há qualquer objeção ao seu aumento, desde que seja em ritmo inferior aos incrementos do PIB e das exportações. A dificuldade são os juros que drenam anualmente cerca de 10 bilhões de dólares para fora do país. Ora, é premissa básica do capitalismo que a taxa de juros é necessariamente inferior à de lucros pois, de outra forma, o investidor não poderia tomar os empréstimos de que necessita. Diante disso, é óbvio que, se transformarmos a dívida em capital de risco (ou seja, em empresas multinacionais), o ônus das remessas para o exterior aumentaria. Acenam alguns com a possibilidade de os investidores estrangeiros aceitarem dois ou três anos sem remessas de lucros. Como, no entanto, os fundos correspondentes são reinvestidos, isto somente agravará as dificuldades futuras.

O impacto negativo mais grave da nova política de abertura é, contudo, de prazo médio e refere-se ao modelo de desenvolvimento desejável para o Brasil. A primeira fase da nossa expansão industrial se caracterizou por uma substituição de importações, no âmbito da qual as multinacionais dominaram todos os setores dinâmicos da economia. À época, isso não trouxe problemas porque o nosso parque industrial se orientava, quase exclusivamente, para o fornecimento do mercado interno. A dificuldade está hoje em que nosso desenvolvimento futuro exige a entrada do país em exportações de elevado dinamismo e alta tecnologia, como as do setor automobilístico, eletroeletrônico, química fina etc. É claro que as filiais das multinacionais instaladas nesses ramos não podem, nem querem, competir com suas matrizes. Limitam-se, assim, a vender para os mercados limitados dos países menos desenvolvidos e, quando muito, a remeter peças e componentes para os países de economia avançada.

Para se ter uma idéia quantitativa das conseqüências danosas desse estado de coisas basta lembrar que a Coréia do Sul, com um PIB e indústria quatro vezes inferiores aos nossos, exporta tanto quanto o Brasil e registra, nas suas vendas externas, maior percentagem de produtos manufaturados. No corrente ano, a Coréia planeja colocar nos Estados Unidos e Canadá 300.000 mil carros. Guardadas as proporções, isso significaria para nós a venda de um milhão de veículos, o que implicaria quase dobrar nossa atual produção.

E por que isso é possível? Na sua fase de "plataforma exportadora" a Coréia adotou a fórmula nacionalista de reservar o mercado interno para investidores locais. Como conseqüência, ela dispõe hoje, nos setores dinâmicos, de empresas nacionais com tecnologia e marcas próprias sem, portanto, quaisquer restrições a uma entrada em força no mercado dos grandes países capitalistas. O resultado final é que a Coréia, e outros países asiáticos que imitaram seu modelo, registra as maiores e mais regulares taxas mundiais de incremento do PIB.

Para obtermos algo semelhante é indispensável criarmos em nossos setores dinâmicos grandes empresas nacionais, voltadas para a exportação, com tecnologia e marcas próprias. Os instrumentos a serem utilizados para tanto são créditos em condições especiais (e obviamente não extensíveis às multinacionais), reservas de mercado para o produtor local, apoio à pesquisa tecnológica etc. Assim, se quisermos exportar automóveis acabados em grande escala, será necessária a criação no setor de grande empresa nacional, com marcas e tecnologia próprias. Além disso o aumento da demanda resultante do crescimento vegetativo do mercado interno deveria ser reservado a esse produtor nacional e para tanto, a exemplo do que ocorre em outros países, a criação de novas empresas no setor, ou sua ampliação, deveria depender estritamente de uma licença prévia. As multinacionais teriam sua expansão limitada ao mercado externo. Como se vê, portanto, tudo seria radicalmente diferente do que se vem propondo para atrair capital do exterior.

Uma palavra final: pode-se, além disso, sustentar, com boa base, que a reserva de mercado e o licenciamento prévio de investimentos manufatureiros constituem a única maneira segura de industrializar, ou seja, de desenvolver, o Norte e Nordeste do Brasil. A nova política industrial que se pretende implantar no país constitui, assim, por mais esse motivo, erro de conseqüências extremamente graves.